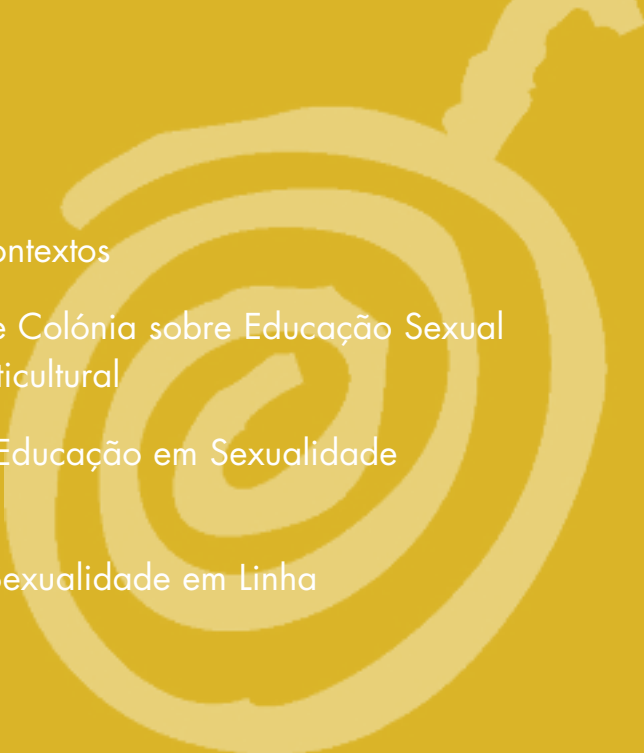




Educação Sexual em Rede



Nº 4 OUTUBRO 2008

- 
- Educação Sexual – Novos Contextos
 - Resultados da Conferência de Colónia sobre Educação Sexual dos Jovens numa Europa Multicultural
 - Avaliação da Qualidade da Educação em Sexualidade – a experiência Sueca
 - 10 anos da linha telefónica Sexualidade em Linha

Educação Sexual em Rede

Director

Duarte Vilar

Director Adjunto

Eugénia Lemos

Coordenadora

Elisa Guerreiro

Conselho Editorial

Adelaide Brito

António Filhó

Eduarda Meneses

Fátima Forreta

Fernanda Branco

Gabriela Moita

Helena Camacho

Isabel Carreira

Ivone Félix

Jesuína Pereira

Manuela Sampaio

Milice Ribeiro

Otília Roque

Vânia Fernandes

Redacção

António Manuel Marques

Duarte Vilar

Elisabete Carriço

Elisabete Souto

Propriedade

APF – Associação para o Planeamento da Família

Redacção e Sede

Rua Artilharia Um, 38 – 2º Dto. – 1250-040 Lisboa

Tel.: 21 385 39 93 – Fax: 21 388 73 79

E-mail: apfsede@apf.pt

Projecto Gráfico

Salomé Lage

riskideia@clix.pt

Desenvolvimento e Paginação

Ideias Virtuais

ideiasvirtuais@ideiasvirtuais.pt

Impressão

Bloco Gráfico, Lda

Tiragem

4000 exemplares

Depósito Legal

232890/05

Registo

124708

ISSN

1646-1541

Foto de Capa

Gentilmente cedida pela APF Centro

Preço de Capa

€ 4.00

Assinatura Anual Individual

€ 10.00

Sócios APF e Membros da REDES

€ 8.00

Escolas e Instituições

€ 15.00

Sumário

■ N.º 4 Outubro 2008 ■

Editorial

- 1 Novos contextos para a Educação Sexual
– Duarte Vilar

Reflexão e Debate

- 4 Resultados da Conferência de Colónia sobre
Educação Sexual dos Jovens numa Europa
Multicultural

Por estas Bandas

■ PROJECTOS EM CURSO ■

- 18 Educação Sexual em Portugal – Maria José Ramalho

Educação Sexual

■ POR OUTRAS BANDAS ■

- 21 Avaliação da qualidade da educação em
Sexualidade e Relações Interpessoais, Suécia,
1999 e 2005 – Agneta Nilsson

Trabalhando Temas

- 25 Como nos sentimos e relacionamos

Recursos

- 26 Ao caminhar se faz o caminho...
10 Anos sobre a Sexualidade em Linha
- 31 Novo Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva
- 32 Kits Contraceptivos

Novos contextos para a Educação Sexual

Duarte Vilar

■ Director ■

No número anterior (disponível no site da APF www.apf.pt) chamámos a atenção dos nossos leitores e leitoras para um conjunto importante de mudanças que foram acontecendo nas escolas portuguesas nos anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008 no âmbito da Educação para a Saúde e, neste contexto, da promoção da educação sexual. Muitas destas propostas integram o Relatório Final do GTES – Grupo de Trabalho para a Educação para a Saúde (disponível no site da DGIDC).

Também em Maio de 2008, concluiu os seus trabalhos o Fórum de Educação para a Cidadania. Esta estrutura iniciou os seus trabalhos no final de 2006 e reuniu técnicos e personalidades de áreas diversas, mas com um forte peso da educação, designadamente de pessoas de universidades e Escolas Superiores de Educação ligadas à formação de professores.

O Fórum de Educação para a Cidadania produziu uma proposta entregue à Ministra da Educação e à Presidência do Conselho de Ministros a qual privilegia a escola como um espaço de Educação para a Cidadania, não só na área curricular não disciplinar da Formação Cívica mas em toda a vivência e dinâmica quotidianas das escolas. Este documento está disponível no site do Fórum www.cidadania-educacao.pt

Ou seja, em apenas dois anos, dois processos se desenvolveram deixando para as escolas um conjunto de novos (?) desafios.

O ponto de interrogação é propositado porque, em geral, as escolas têm tido sempre preocupações nestas duas vertentes – a Saúde e a Cidadania. Mas, na maioria das vezes, estas preocupações têm dado lugar a actividades mais ou menos avulsas, e não a espaços e programas regulares de abordagem destas temáticas.

Mesmo as áreas da Formação Cívica e Área de Projecto não têm linhas de funcionamento estruturadas e dependem da motivação, preparação e criatividade de quem as anima.

O que se espera, com a propostas entregues ao Ministério da Educação, é que as escolas caminhem para a inclusão destas duas grandes áreas nos seus projectos educativos, quer no plano das diversas disciplinas, quer nas áreas curriculares não disciplinares, quer em actividades de natureza mais pontual na vertente extra-curricular, quer em novos serviços e espaços tais como os Gabinetes de Atendimento de Jovens, propostos pelo GTES.

O que esperamos também é que o Ministério da Educação defina com clareza quais os conteúdos possíveis e obrigatórios da Formação cívica e da



Área de Projecto de maneira a que elas possam acolher estas novas áreas de trabalho

E o que é que tudo isto tem a ver com a educação sexual?

Obviamente a Saúde e a Cidadania têm tudo a ver com a sexualidade humana e, como tal, com a educação sexual.

Falar de saúde e falar de sexualidade tem sido, vezes demais, falar só de riscos e de doenças. É preciso falar de saúde e de sexualidade no sentido em que a Organização Mundial da Saúde as define, ou seja, como conceitos ligados à promoção de bem-estar físico, emocional e social e não só ligados à prevenção de doenças as quais, muitas vezes, acabam por ser vistas como “situações que acontecem só aos outros e nunca a mim”.

Falar de saúde e falar de sexualidade é falar do conhecimento do nosso corpo, de comportamentos e hábitos que o valorizem e que previnam, também, as tais situações de risco.

Falar de saúde e de sexualidade é também falar da nossa maneira de ser, de estar, de pensar e de nos relacionarmos com os nossos parceiros, nomeadamente com os nossos parceiros amorosos.

Falar de saúde e de sexualidade é desenvolver um pensamento crítico, capaz de debater o que está em causa nas questões de moral sexual e do relacionamento interpessoal, é debater as questões de género, o masculino e o feminino é, ao fim e ao cabo, falar de cidadania.

Mas de uma cidadania que não se expresse só nas questões globais da vivência em sociedade, nos direitos e deveres de cidadania, mas sobretudo na tradução destes direitos e deveres na esfera dos valores pessoais, na ética das relações interpessoais e nos inúmeros episódios do dia a dia em que eles se expressam.

Por isso, falar de saúde e de cidadania é também falar das questões da sexualidade. Ou seja, a sexualidade surge como um dos temas de saúde e como um dos temas da cidadania.

As questões da saúde e da cidadania não são questões abstractas para os jovens. Se forem trabalhadas de uma forma abstracta serão, seguramente, o que em linguagem juvenil se designa por “uma grande seca!”. Se, pelo contrário, forem ligadas às dúvidas e problemas das crianças e dos jovens, às suas questões e vivências quotidianas, poderão constituir, de facto, novas oportunidades de trabalho e novos projectos e desafios para as escolas.





144 Páginas. Capa mole
Dimensões: 155 x 235 (mm)

A ORQUÍDEA & O BEIJA-FLORES

Sobrevoando as Questões Sexuais dos Jovens

Ana Simões, Ana Benasulin, Bárbara Vilar, Yasmina Gonçalves, Sandra Gabriel, Sandra Gil, Susana Lameiras, Paula Pinto

As muitas questões que compõem este livro traduzem as dúvidas e as preocupações dos jovens portugueses ao nível da sexualidade. O crescimento fisiológico, os primeiros amores, as primeiras relações sexuais e o que por inerência lhe está ligado: a contraceção, a gravidez, as infeções sexualmente transmissíveis, bem como um sem número de quês e porquês.

As respostas pretendem ser claras e directas, dirigidas aos jovens mas também aos educadores, pais e professores interessados em aprofundar os seus conhecimentos na área da sexualidade e que se confrontam ou poderão vir a confrontar com questões para as quais, muitas vezes, faltam palavras na hora da resposta.



320 Páginas. Capa mole
Dimensões: 155 x 235 (mm)

NA TUA CASA OU NA MINHA

Lorena Berdún

Na tua casa ou na minha é a tradução portuguesa de *En tu casa o en la mia*.

Numa altura em que, em Portugal, se começa a encarar seriamente a educação sexual dos jovens, nomeadamente pela introdução, sempre controversa, deste tema no âmbito da Escola, faz-se sentir, mais do que nunca, a necessidade de uma abordagem descontraída e descomprometida do tema.

Escrito numa linguagem acessível, a autora oferece-nos uma abordagem sem tabus do tema da sexualidade nos adolescentes e nos jovens.

O enorme sucesso que esta obra obteve na vizinha Espanha não será certamente alheio ao facto de ter nascido das interrogações e dúvidas reais colocadas por adolescentes durante as emissões do programa radiofónico que lhe deu origem.

Na base da edição portuguesa da obra está a constatação, cada vez mais óbvia, que a informação é a melhor forma de prevenir problemas como a gravidez na adolescência ou as doenças sexualmente transmissíveis, como a SIDA.

Este livro constitui também uma útil ferramenta de trabalho ou de consulta para os educadores e pais que, cada vez mais, são solicitados a participar na educação sexual dos jovens.

Resultados da Conferência de Colónia sobre Educação Sexual dos Jovens numa Europa Multicultural¹

Representantes de 26 diferentes países, de organizações nacionais e internacionais, não-governamentais e governamentais juntaram-se pela primeira vez para avaliar e discutir matérias actuais e o desenvolvimento da educação sexual dos jovens na Região Europeia. Investigadores, peritos, estrategas, gestores de projecto e trabalhadores no terreno partilharam a sua experiência de trabalho e descreveram o enquadramento nos seus respectivos países.

Descobriram-se semelhanças e diferenças, conseguindo-se, por vezes, chegar a conclusões gerais. A conferência constituiu, de modo geral, uma boa oportunidade para se ficar a conhecer peritos e instituições na região, encontrando-se inspiração numa grande variedade de apresentações e material exposto e identificando-se questões e oportunidades para trabalhar em rede e para actividades conjuntas no futuro. Assim, a conferência constituiu um marco para uma futura colaboração. Relativamente aos conteúdos, registaram-se discussões interessantes em grupos de trabalho e em sessões plenárias. Estas discussões nem sempre tiveram como objectivo atingir resultados; visavam aprender uns com os outros, alterar perspectivas,

gerar ideias e desenvolver um terreno comum de entendimento. Resumimos seguidamente as questões, conclusões e resultados mais importantes produzidos neste processo.

Colaboração reforçada

Organizar a conferência reforçou a colaboração entre o *Federal Centre for Health Education* e a Agência Regional para a Europa da OMS. Além disso, outros centros, que colaboram com a OMS, envolvidos na educação sexual na Europa foram convidados com o propósito específico de avaliar o potencial de uma cooperação mais estreita. Este potencial foi reconhecido e serão desenvolvidas actividades concretas no quadro dos planos de trabalho dos centros de colaboração. A conferência proporcionou também a oportunidade de identificar os recursos existentes de conhecimentos e perícias na região e de explorar oportunidades para parcerias e colaboração futura. Finalmente, pôde estabelecer-se uma rede mais formal com base nos contactos feitos na conferência.

(1) BZgA/WHO - Conference on Youth Sex Education in a Multicultural Europe: Documentation. Cologne: BZgA, Who, 2006.



Esforços nacionais comparados com padrões internacionais: necessidade de intensificar a investigação

Durante a conferência, muitas organizações tiveram a oportunidade de apresentar as suas concepções e estratégias para educação sexual, incluindo a gestão da qualidade e campanhas, projectos, ferramentas e meios de comunicação seleccionados. A diversidade de apresentações tornou claro que existe uma enorme variedade de abordagens à educação sexual, que os enquadramentos nacionais diferem consideravelmente e que as questões prioritárias num país podem ser completamente negligenciadas noutra. Foi, por isso, realmente interessante obter ideias inovadoras de outras organizações e comparar o trabalho de cada uma com o das outras.

No entanto, ficou claro que é necessária mais investigação, bem como a criação de indicadores internacionalmente acordados para a educação sexual que poderiam proporcionar uma base científica para avaliar os resultados nacionais e regionais. Até agora só se têm usado indicadores médicos, como o número de gravidezes adolescentes ou o índice de prevalência do VIH. Porém, indicadores sociais, como o bem-estar sexual dos jovens, são ignorados ou negligenciados. Reconheceu-se também que o nível de investigação científica sobre educação sexual ainda é insuficiente dado ser encarada como um "extra" e não como uma parte essencial dos programas de educação sexual; daí que o financiamento na investigação constitua frequentemente um problema. Para se obter informação válida e diversificada

sobre a matéria, deveriam combinar-se métodos de investigação quantitativa (questionários padronizados) e qualitativa (discussões temáticas de grupo, entrevistas e outras).

Relativamente à investigação, os principais requisitos são os seguintes:

- elaboração de indicadores claros, médicos e não-médicos (incluindo indicadores para o bem-estar humano), com instruções claras para os medir;
- mais investigação qualitativa sobre o bem-estar dos jovens e as suas necessidades (por satisfazer);
- melhores avaliações de impacto tendo em conta os objectivos específicos dos programas de educação sexual; deve ainda ser melhorada a comparação de achados de forma a identificar as melhores práticas;
- mais financiamento para investigação de grande qualidade.

Para satisfazer estes requisitos, sugerem-se os seguintes passos:

- Criação de uma *task force* de especialistas que elaborem indicadores acordados internacionalmente para a educação sexual. A BZgA poderia conduzir o processo em estreita colaboração com o Centro Internacional para a Saúde Reprodutiva da Universidade de Ghent, na Bélgica, e com a contribuição de outros parceiros.



- Criação de uma *task force* para pressionar projectos de investigação e financiamento ao nível da Europa. Neste caso, seria a OMS a liderar o processo.
- Estabelecer uma rede de especialistas e investigadores em educação sexual visando recolher e divulgar informação sobre actividades de investigação e resultados disponíveis.

Os governos deveriam promover a educação sexual com políticas claras, enquadramentos legais e orçamentos adequados

Os especialistas em educação sexual enfrentam condições de trabalho muito diferentes no que se refere aos seus enquadramentos legais e políticos e à alocação de recursos. Os participantes tornaram claro que as políticas governamentais relativas à educação sexual e à saúde sexual e reprodutiva em geral são cruciais para o seu trabalho. Um governo apoiante estabelece linhas de orientação claras para tornar obrigatória a educação sexual nas escolas, cria oportunidades legais para serviços de aconselhamento e apoio e respeita os direitos sexuais e reprodutivos de todos membros da sociedade.

No entanto, os governos mudam e, por vezes, muitos anos de trabalho e esforços são derrotados por reformas conservadoras. Podem ser entendidos como retrocessos. Nesses casos, é necessário um empenhado trabalho de advocacia para voltar a um debate e a uma atitude de maior abertura tanto ao nível político como social. É por isso que os

resultados de pesquisas baseados em evidência, mostrando os benefícios da educação sexual em termos de saúde e bem-estar geral dos jovens, são importantes e podem ajudar a convencer os políticos a criar condições favoráveis a uma educação sexual eficaz para os jovens.

Para além dos governos e das suas instituições, também as ONG desempenham um importante papel na educação sexual nacional. Embora a cooperação entre organizações governamentais e não-governamentais seja bastante frutuosa nos países em que se complementam, foram dados exemplos de relações mais difíceis. Os representantes de ONG referiram que estas estão sobrecarregadas com trabalho e que lhes faltam recursos financeiros e humanos bem como oportunidades de trabalho em rede. Em muitos casos, têm ainda de enfrentar a resistência organizada dos grupos conservadores que se intitulam de “pró-vida”. Por vezes estes grupos conseguem atrair uma atenção e uma influência desproporcionadas, tanto da opinião pública como dos políticos, o que pode levar a uma situação em que são necessários serviços específicos que só as ONG podem oferecer, apesar de, ao mesmo tempo, serem confrontadas com condições de trabalho muito difíceis.

A educação sexual é um processo para toda a vida: haverá um “demasiado cedo” para a educação sexual?

Aprender sobre sexo e relações faz parte de um processo de aprendizagem para toda a vida e que tem início nos primeiros anos de vida de uma



criança. Há hoje evidência de que a comunicação aberta desde uma idade precoce é uma das mais eficazes medidas para prevenir uma deficiente saúde sexual, incluindo gravidez precoce e indesejada, e infecções sexualmente transmissíveis. Dado que a puberdade se inicia mais cedo nos dias de hoje, é muito importante que as crianças tenham informação adequada e atempada sobre as alterações corporais; por exemplo, a média de idade para a primeira relação sexual pode ser mais elevada se houver uma educação sexual eficaz.

É, portanto, aconselhável iniciar a educação sexual, incluindo a promoção de competências para a vida, numa idade precoce, embora seja discutível em que idade é apropriada.

Como exemplo de educação sexual para crianças entre os 4 e os 6 anos de idade, o Centro Federal de Educação para a Saúde na Alemanha apresentou o conceito e as ferramentas relevantes para a implementação da educação sexual nos jardins-de-infância. Disponibilizam vários materiais para as crianças e para os professores, com o objectivo de as fazer tomar consciência do seu corpo e dos papéis e identidade do género, encorajando as crianças a falarem sobre os seus sentimentos e a identificarem e estabelecerem barreiras para o seu bem-estar pessoal. O currículo centra-se em aspectos positivos como a amizade, a família, a ternura e o amor, informa as crianças sobre concepção, gravidez e nascimento. Estimulam-se as crianças a fazer perguntas com base nas suas necessidades pessoais de informação.

Em muitos países, a educação sexual não começa tão cedo. No entanto, a educação sexual deve claramente visar grupos específicos que têm em consideração a idade e o estado de desenvolvimento das crianças a que se dirigem. Os participantes mostraram muito interesse em aprofundar a exploração do potencial e das necessidades específicas da educação sexual para crianças em idade pré-escolar, tendo pedido a realização de uma nova conferência dedicada a este tópico.

Quais são as capacidades da educação sexual nos diferentes cenários?

Tanto a escola como a família e a comunidade (grupos religiosos, organizações de juventude, grupos desportivos, etc.) têm um papel a desempenhar na educação, em geral, e na educação sexual e de saúde reprodutiva, em particular. O ideal é que as crianças e os jovens tenham acesso a diferentes fontes de informação, que tenham em conta as necessidades específicas dos vários grupos etários, pelo que é importante produzir material de alta qualidade tanto para cenários formais como informais.

Um outro aspecto discutido foi se os professores de educação sexual devem ter currículo e qualificações específicos e como se podem estabelecer os requisitos mínimos. A verdade é que o pessoal docente em escolas e ONG, outros especialistas nessa área, pares, pais e outros membros da família ensinam, de facto, educação sexual nos seus vários cenários. Há, porém, uma tendência para deixar a tarefa da educação sexual às esco-



las. Mas as escolas também constituem um cenário muito particular e deve pôr-se a questão se os professores na escola serão as melhores pessoas para dar educação sexual. Será que cenários mais informais, como os centros de juventude, podem ser mais apropriados? Este ponto requer mais investigação e reflexão. No entanto, os professores de educação sexual devem participar em programas de formação de formadores, que devem ser desenhados de acordo com o perfil desejado dos professores de educação sexual que ainda tem de ser clarificado. A capacidade de construção sistemática deve ser parte integrante da gestão da qualidade na educação sexual.

O que têm os professores de saber para ensinar educação sexual? O que é importante para eles? A sexualidade é uma questão privada e falar sobre ela não significa falar sobre factos mas sobre valores e experiências.

São necessárias competências especiais, entre as quais enumeramos as que foram consideradas importantes:

- boa capacidade de comunicação;
- conhecimento de factos biológicos básicos;
- uma visão antropológica da sexualidade;
- mente aberta;
- conhecimento do ambiente social dos alunos;
- competências de formação;

- sentir-se confortável com o tópico.

Devem respeitar-se as seguintes linhas de orientação nos cursos de formação para professores:

- a educação sexual não deve ser orientada para problemas mas ser encarada de forma positiva;
- os professores devem ter uma visão realista da educação sexual;
- não devem pressionar nem ter muitas expectativas;
- para ensinar o tema, a auto-reflexão sobre a própria sexualidade é muito importante.

Foram verbalizadas as seguintes ideias para melhorar a educação sexual dada por professores:

- um diploma em educação sexual para os professores com formação;
- uma conferência nacional anual para professores;
- desenvolver padrões básicos para ensinar educação sexual;
- elaborar um currículo para educação sexual nas escolas;
- trabalho em rede;
- *brainstorming* de currículo para educação e formação de professores.

Promover a educação sexual em casa: trabalhar com os pais

Os pais estão na linha da frente no que se refere a apoiar a educação sexual e relações para jovens. No entanto, acontece que muitas vezes lhes faltam a auto-confiança e os conhecimentos de que precisam para responder a perguntas ou iniciar uma conversa sobre o tema.

As crianças crescem e entram na puberdade e podem tornar-se mais resistentes ou envergonhadas em encetar um diálogo aberto com os pais. Há um vasto consenso de que as conversas adequadas à idade têm de ser iniciadas antes da idade escolar. Assim se estabelecem as fundações para as questões postas por crianças mais velhas e que necessitam de maior explicação.

A situação cultural e religiosa dos pais afecta muito a sua visão do que é ou não é apropriado e aceitável. Em muitas comunidades tradicionais e religiosas o ponto de vista dos pais é que isto é "algo de que não se fala".

Os pais são de crucial importância na educação sexual e reprodutiva (ESR) mas têm sido negligenciados por nem sempre ser fácil trabalhar com eles. O próprio acesso a grupos de pais pode ser difícil quando não existe a tradição de programas de apoio parental organizado. Programas já estabelecidos como o *Speakeasy* (Reino Unido) têm beneficiado de um contexto político em que a educação dos pais está bem apoiada e financiada. Este programa tem sido partilhado com sucesso através da IPPF EN com colegas na

Albânia, Rússia, Bósnia Herzegovina e Lituânia. Os pais têm feito avaliações a este trabalho.

Uma das abordagens bem-sucedidas para motivar e recompensar os pais por terminarem um programa de aprendizagem tem sido a concessão de um diploma de reconhecimento (acreditação). Os pais no programa do Reino Unido *Speakeasy* podem usar o diploma para aceder a outros graus de ensino de base universitária, o que é particularmente útil para pais sem qualificações que querem desenvolver as suas carreiras profissionais. Trabalhar com pais na educação sexual deve realçar a parceria entre casa e escola, reconhecendo que ambas têm um papel a desempenhar. Onde for crescente o ponto de vista de que "os pais podem deixar isso às escolas" (p.e., Reino Unido) os pais podem ser incentivados e apoiados para encarar a oportunidade de partilhar com os seus filhos e enquadrar a informação no contexto de quaisquer valores culturais ou religiosos.

As mensagens cada vez mais sexualizadas dos meios de comunicação que atravessam todas as fronteiras põem uma pressão crescente nas crianças em idades precoces, reforçando ainda mais a importância dos pais na adopção de um papel pró-activo quando falam sobre esse tipo de mensagens.

Dado que as famílias são sistemas complexos onde os seus membros crescem, mudam e aprendem uns com os outros, o tipo correcto de recursos de aprendizagem pode ajudar a família a aprender em conjunto.



Educação de pares: uma abordagem de sucesso

Criar a possibilidade de uma educação de pares é a forma mais eficaz de conseguir e fornecer informação correcta aos jovens. A educação de pares é particularmente adequada a grupos vulneráveis que se sentem mais confortáveis e abertos quando são educados pelos seus pares. No entanto, em muitos locais, a educação de pares ainda não foi instituída.

É aconselhável encorajar também os pais e os jovens a participar no desenvolvimento e implementação de programas de educação de pares. O que ainda falta é um conceito de educação multicultural de pares para jovens e pais. Nesta área, deve ser reforçado o trabalho em rede e a coordenação; a BZgA, a OMS e a UNFPA devem tomar a liderança.

Competindo por atenção

Os jovens têm muita informação relativamente ao sexo e, de facto, muitos experienciam a sexualidade pela primeira vez através dos meios de comunicação electrónicos. Ao mesmo tempo, os materiais de ensino e aprendizagem para educação sexual ainda são, muitas vezes, muito didác-

ticos, apesar das tentativas de usar metodologias interactivas e baseadas na educação de pares.

Tanto os produtos comerciais como os materiais educacionais sobre sexo exercem um claro efeito nas alterações comportamentais. As investigações, incluindo pesquisas de mercado, e os comentários, centram-se na questão de saber se isto significa ou não mais relações sexuais, práticas sexuais diferentes, relações sexuais numa idade mais precoce e sexo comercial. O abuso, a violência e a degradação estão também associados à exposição a certos tipos de material.

Tendo em conta aquilo a que se pode chamar um mercado livre de informação em que é difícil prevenir um controlo externo, a situação desejável é que os jovens sejam ajudados a obter e usar as competências de literacia dos meios de comunicação social necessárias para que eles próprios encontrem o seu caminho no meio de toda a informação a que estão expostos.

Ao mesmo tempo, os educadores da área sexual devem conhecer as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) familiares aos jovens. Podem fazê-lo disponibilizando sítios sobre sexo na Internet, atraentes mas sérios, e inserindo informação correcta em sítios populares. Esta última



acção é particularmente relevante no que se refere a sítios de encontros amorosos, a salas de conversa muito interactivas, e a serviços de mensagens. O uso seguro de imagens explícitas nos meios electrónicos e nos materiais didácticos também é necessário. A educação sexual está submetida, demasiado frequentemente, a censura interna que diminui a capacidade de competir, por atenção, num mercado saturado de informação.

A escolha de mensagens e informação realistas seria um passo acessível e directo para os educadores. Para que essa escolha seja a adequada a cada grupo, os educadores podem começar por se consciencializar mais da existência de grupos específicos e procurá-los; a segmentação do mercado é frequente entre os comerciantes de informação sexual e os educadores mais formais podem aprender com eles.

Criar espaço para os jovens colocarem questões críticas

Para que a educação sexual tenha sucesso, é decisivo que ocorra de forma confidencial e num cenário social sentido como agradável pelos grupos-alvo. Pode ser um ambiente de anonimato como o que é oferecido na Áustria pelas "Love tours": usam-se dois autocarros para disponibilizar material informativo na escola a estudantes sob anonimato. Criar uma atmosfera agradável para os jovens implica também ter em conta certas particularidades. Pode ser aconselhável, por exemplo, não falar sobre preservativos nem sobre aspectos biológicos, como foi referido pela

Inglaterra. Ou ter as chamadas *desire houses* onde os jovens estão durante uma semana para projectos sobre sexualidade, como se faz na Dinamarca.

A comunicação por meio de uma comunidade na Internet, como o projecto alemão comunitário *Loveline* também é uma ferramenta testada.

O humor e a graça também são importantes factores de sucesso. O entusiasmo das pessoas que trabalham em programas de educação sexual é importante para o seu sucesso. A ênfase não deve ser colocada apenas nos riscos ou nos problemas dos jovens mas também nas suas competências e capacidades (os lados positivos).

Devem usar-se mensagens aceitáveis, simples e compreensíveis para chegar aos grupos-alvo. O uso de imagens na educação sexual também é crucial.

A participação dos jovens: uma questão prioritária

A participação do grupo-alvo de jovens foi muito discutida, por ser vital a inclusão dos jovens e das suas necessidades em todo o processo. O seu envolvimento no planeamento, implementação e trabalho efectivo é crucial. Os programas de educação sexual devem ter a percepção de que eles podem tomar decisões e dar-lhes esse poder, o que significa não só educá-los mas também capacitá-los para porem as suas próprias questões no centro das suas decisões.



Os educadores e os programas devem usar a linguagem dos jovens e falar com eles numa base de confidencialidade. Um outro factor de sucesso no trabalho com os jovens é o envolvimento de líderes de opinião e pais e, mais uma vez, a escolha da linguagem é importante. Não esquecer os pais. Ser aberto e transparente e envolvê-los logo no início do processo

Lidar com a diversidade: género e etnicidade

Uma questão central durante a conferência foi a de saber como nos dirigirmos a rapazes em educação sexual, dado que os serviços de saúde sexual e reprodutiva têm dificuldade em chegar a rapazes e homens.

Tradicionalmente, as questões de saúde sexual e reprodutiva têm sido consideradas um domínio das mulheres. O resultado não-intencional dessa situação é que o pessoal da maioria dos serviços de planeamento familiar e de saúde sexual é quase exclusivamente constituído por mulheres, com excepção de alguns ginecologistas e investigadores. A consequência é que se põe demasiada responsabilidade nos ombros das mulheres no que refere à saúde sexual e reprodutiva. Esta situação não é satisfatória nem para as mulheres nem para os homens. Também os homens e os rapazes estão presos a modelos tradicionais de masculinidade, que envolvem capacidade de decisão, energia e vigor, auto-controlo e estoicidade. Os problemas daí resultantes em lidar com questões mais femininas como as emocionais e de

sentimentos levam a uma maior vulnerabilidade. As organizações que trabalham no campo da saúde sexual e reprodutiva têm de ter em consideração estas questões e usar modelos hegemónicos de masculinidade e de feminilidade.

Nos processos de socialização correntes, faltam aos rapazes os ritos de passagem. Como é que um rapaz se transforma num homem adulto? Para o fazer de forma saudável é importante ter “bons” modelos do papel masculino. Não há novos processos de socialização para os rapazes. A longo prazo, os objectivos importantes parecem ser o desenvolvimento de uma nova e mais adaptada identidade masculina (tal como uma identidade feminina). Antes de mais, um novo conceito ou modelo de masculinidade deve fazer parte da socialização de rapazes e raparigas na educação das crianças.

A curto prazo, é necessário recolher dados credíveis sobre as necessidades de homens e rapazes relativamente à saúde sexual e reprodutiva. Deve ser-lhes dada a possibilidade de fazer perguntas e de falar com os seus pares e/ou profissionais sobre as suas preocupações. Significa isto, que se deve reflectir sobre o que é necessário mudar nos serviços actuais para se chegar melhor aos rapazes e aos homens.

Grupos migrantes

No centro do conflito (independentemente da origem étnica) de muitos grupos migrantes está a divergência entre o contexto familiar e o público.



Na situação de migração, as crianças e os adolescentes estão estreitamente ligados às suas famílias, que muitas vezes lhes oferecem um ambiente de estabilidade e mantêm a cultura de origem, os seus valores e normas. Este valor específico da família no contexto de uma vida em países estrangeiros ou novos mostra que são necessárias estratégias de educação sexual para jovens que se dirijam e atinjam também os seus pais.

Trabalhar com as famílias é, portanto, uma pré-condição importante para o sucesso da educação sexual, sendo particularmente verdade para as famílias de grupos migrantes, dado que os migrantes jovens são muitas vezes confrontados com um fosso cultural entre os valores internos da família e o contexto social externo. A forma como a educação sexual nas famílias e nas instituições públicas estão relacionadas é uma matéria que precisa de uma análise mais profunda. Quando se trabalha com grupos migrantes pode ser útil usar material dos países de origem, se tal for possível.

Na educação sexual dos jovens e no trabalho com comunidades migrantes e de minorias étnicas observou-se que algumas questões são importantes para todos os grupos e outras não são. É necessário analisar com maior profundidade e conhecer melhor os antecedentes e a situação dos respectivos grupos-alvo para ir ao encontro das suas necessidades com abordagens e serviços específicos. Os recém-chegados a estes grupos, por exemplo, diferem consideravelmente da segunda e terceira geração de imigrantes. Trabalhar com grupos migrantes implica que se deve identificar temas culturais específicos (p.e.,

a circuncisão e a virgindade), devendo ainda integrar-se no processo de educação o enquadramento referencial (tratando-os como membros da sociedade ou como membros de um grupo étnico específico).

Quando se trabalha com minorias étnicas há muitas vezes falta de dados e de conhecimentos por ser difícil chegar até elas quando os propósitos são a educação sexual e a investigação empírica (p.e., raparigas chinesas no Reino Unido ou homens surinamenses nos Países Baixos). A investigação tem de ser sensível à cultura, o que significa que deve ajudar à compreensão de perspectivas e normas diferentes das da cultura dominante num país. Há falta de investigação sobre os “novos” jovens migrantes, sobre mutilação genital feminina e sobre o comportamento sexual de grupos migrantes específicos. Foi proposta a implementação de uma base de dados relativa às necessidades das minorias étnicas.

Quando se elaboram programas de educação sexual para grupos vulneráveis específicos (como, por exemplo, mulheres afro-americanas ou latino-americanas) deve dar-se atenção às suas barreiras económicas, sociais, culturais e de género, dado que, na sua grande maioria, esses grupos são confrontados com a discriminação e com a falta de acesso a contraceptivos e a bons (caros) serviços de saúde sexual.

Um dos desafios da educação sexual dos jovens de minorias étnicas é o acesso a grupos desfavorecidos com antecedentes educacionais pobres e a escolha de uma “linguagem comum”. Para



conseguir qualidade ao trabalhar com minorias étnicas, poderia ser particularmente útil organizar grupos específicos dentro dos grupos-alvo para descobrir que tipo de informação está em falta. A participação de jovens de uma minoria étnica é uma forma de garantir que quer os tópicos quer os enquadramentos e as abordagens são os adequados às necessidades dos grupos.

Há enormes diferenças do ponto de vista do desenvolvimento biológico e/ou social e da situação no seio de grupos de minorias étnicas, até no mesmo grupo etário. Trata-se de um desafio especial. Os programas devem adaptar-se de forma flexível às diferentes necessidades de cada indivíduo do grupo. Não há, portanto, uma abordagem padrão de qualidade comprovada; em vez disso, deve-se ganhar experiência a partir de um conjunto de dados da aplicação prática ou de conhecimentos já implementados que mostram como os vários tipos de ferramentas e abordagens funcionam para os indivíduos de determinados grupos. No caso dos grupos migrantes, não chega elaborar apenas programas de educação sexual; é preciso investir na advocacia e nas políticas.

Gestão da qualidade na educação sexual: um enorme desafio

A educação sexual requer uma abordagem sensível que abranja todos os contextos políticos, económicos, sociais e culturais, contribuindo, assim, para um clima específico durante a educação sexual. Existem várias atitudes no âmbito deste clima sexual específico, determinadas por uma possível oposição religiosa e política.

A “melhor prática”, que vem da Finlândia, pode ilustrar diferentes climas sexuais. Em Inglaterra, desde 1989, têm-se enviado por correio “pacotes” de educação (incluindo materiais impressos e um preservativo) a todos os jovens com 16 anos de idade, e quase não há oposição a esta iniciativa. Provavelmente é o único país do mundo que o faz. Na Dinamarca, por exemplo, um CD sobre educação sexual foi bloqueado pelo Ministério da Saúde em 2004 e os 60 000 exemplares foram destruídos.

Muitas vezes, reduz-se a educação sexual a questões biológicas, negligenciando uma perspectiva holística que abrange as competências sociais, as relações entre as pessoas, os sentimentos e a auto-estima. A educação sexual não deve ficar limitada exclusivamente a informação médica;



deve ser usada para criar espaços de discussão sobre valores e sexualidade. A educação sexual pode ser usada como uma abertura à abordagem de questões importantes com ela relacionadas, como a violência, o casamento forçado, a virgindade, o violação, o abuso e as estruturas e igualdade de género.

A gestão de qualidade não se deve restringir à avaliação, devendo, sim, abranger todo o processo de planeamento, de obtenção de ferramentas e materiais de grande qualidade e a avaliação do impacto.

Além disso, a educação sexual deve orientar-se por considerações teóricas e achados de investigação empírica, dando-lhe, assim, fundamento científico. Isto obriga a que técnicos especializados e investigadores dialoguem e reconheçam o *know-how* e as necessidades de cada um. Os técnicos especializados, por exemplo, devem usar evidência de investigação ao desenvolverem abordagens e programas; devem também concebê-los de forma a serem compatíveis com processos de monitorização e avaliação. Devem, por exemplo, recolher dados sobre alterações comportamentais ou de atitude, unicamente depois de um mínimo de 4 ou 5 anos; do ponto de vista da investigação, os projectos de curto prazo são inúteis.

É necessário monitorizar o desenvolvimento e os efeitos/resultados de um programa de educação sexual em todas as suas fases, da implementação à avaliação. Devem estar envolvidos profissionais qualificados, como professores ou formadores, na avaliação permanente e darem a sua opinião.

A educação sexual dos jovens deve ser heterogénea na sua abordagem. São, portanto, necessárias abordagens para grupos-alvo específicos, diversidade cultural e características de género, o que implica não só conhecimento mas também investigação das suas necessidades específicas, da situação social particular, das crenças culturais e religiosas e formas de comunicação. Os programas devem ainda ser flexíveis e os projectos abertos a ajustamentos enquanto estão a decorrer. Um outro elemento importante na gestão da qualidade é uma abordagem multidisciplinar, que inclua o trabalho conjunto com jovens, pais, professores, membros da comunidade, advocacia, políticos, médicos e profissionais da área psicossocial, etc. Geralmente é difícil medir a qualidade e/ou avaliar as práticas de gestão da qualidade no vasto leque de organizações e programas. Como se podem medir os impactos? Como se pode avaliar um *website* sobre educação sexual?

Uma das formas possíveis de avaliar a qualidade na educação sexual é olhar para o impacto das actividades ao nível do grupo-alvo. Deve-se, por exemplo, perguntar aos jovens o que sabem sobre sexualidade, planeamento familiar e outros tópicos relevantes e onde adquiriram esse conhecimento.

Na Suécia, tem havido um esforço concertado para desenvolver uma ferramenta abrangente para avaliar a educação sexual. Adoptaram-se cinco perspectivas.

1. Equilíbrio de conteúdos: o foco está no risco ou no prazer?



2. Consciência de género: sexualidade feminina/masculina.
3. Equilíbrio entre as perspectivas aluno/adulto.
4. Perspectiva de aprendizagem: reflexão ou recolha de informação? Conhecimento, reflexão e diálogo são as palavras-chave.
5. Governança da gestão da escola.

Um outro problema está na inexistência de padrões nacionais em muitos países (não é o que se passa na Suíça onde se elaboram padrões). Pediu-se, portanto, o estabelecimento de um padrão para desenvolver e avaliar os programas de educação sexual, com objectivos gerais adequados a grupos gerais (de acordo com o género, a cultura, a idade, a religião, a orientação sexual, etc.) mas também para grupos específicos.

Transferências: bases comuns e adaptações locais

Haverá lugar para uma abordagem comum que transcenda as fronteiras nacionais e culturais? Sentiu-se esta necessidade de um enquadramento comum com padrões mínimos que poderiam, depois, ser adaptados a grupos-alvo de acordo com a idade, a religião, a cultura, etc. Para se transferirem medidas e programas de um cenário cultural para outros, o pensamento transcultural e a sensibilidade cultural são condições importantes para a sua sustentabilidade. Uma abordagem comum requer sensibilidade na adaptação, isto é,

são necessárias abordagens específicas para grupos específicos. Foi salientado que deve haver equilíbrio entre o enquadramento geral e as necessidades específicas, devendo aquele estar ligado a uma estrutura normativa de *output* e *input*.

Foi também salientado que se devem construir pontes, dentro da diversidade cultural, baseadas no fundamento comum dos direitos humanos e de que a educação sexual pode mesmo ser usada para construir pontes entre géneros e culturas de forma emancipadora.

No que se refere à transferência de projectos e programas foi reforçada a ideia de que, mais uma vez, a participação dos jovens é outro objectivo comum que deve ser tomado muito a sério. O exemplo dos folhetos "Pergunta-Resposta", em que o envolvimento e a participação dos jovens foram cruciais em todo o processo, é uma experiência de como elaborar material de educação sexual que vai ao encontro das necessidades dos jovens.

Observou-se que uma outra ferramenta para a prevenção do VIH/SIDA desenvolvida pela BZgA e pela GTZ (German Agency for Technical Cooperation), o "Join-in Circuit", é transferível quando estão reunidas algumas condições, como, por exemplo, a metodologia de moderação centrada nos participantes e o facto de se representar o mundo real em que o grupo-alvo vive.

O tema da transferência de projectos e estratégias na educação sexual foi introduzido na conferência e identificou-se um interesse comum dado que as barreiras são semelhantes, como, por



exemplo, a forma como chegar aos grupos-alvo. No entanto, ficam por discutir muitas questões, nomeadamente a eficácia das várias ferramentas e a escolha de estratégias a seguir.

Elementos-chave de um conceito de educação sexual

- A criação conjunta de um clima sociável, amigável e aberto para a sexualidade, estilos de vida e valores diferentes é o mais importante pré-requisito para o sucesso da educação sexual.
- A educação sexual tem de fazer parte integrante da promoção da saúde; tem de estar contida na abordagem às competências para a vida e fundamentada em investigação baseada em evidências.
- Devem desenvolver-se e implementar-se abordagens abrangentes, sensíveis ao género e à cultura e específicas para a faixa etária. Têm de ser tomadas em especial consideração as necessidades da população migrante.
- A educação sexual dos jovens orientada para um grupo-alvo exige a participação de jovens no desenvolvimento do conceito inicial e na implementação e avaliação de programas, medidas e meios.
- A participação e empoderamento do grupo-alvo têm de ser encarados como o mais importante princípio na educação sexual de jovens.
- Os padrões de qualidade de programas e medidas têm de passar por um maior desenvolvimento e devem ser integrados na formação dos profissionais.
- A educação sexual tem de ser implementada em diversos cenários e ambientes, como jardins-de-infância, escolas, família, serviços de saúde, etc.
- A educação sexual exige políticas amigas dos jovens aos níveis nacional, regional e local.



Educação Sexual em Portugal

Maria José Ramalho

■ Coordenadora do Projecto Promoção para a Saúde da Escola D. Maria II de Vila Nova de Famalicão ■

Falar de educação sexual é falar de educação global, completa, constante ao longo de toda a vida. A sexualidade está presente desde o nascimento até à morte e varia conforme as etapas da vida pelas quais vamos passando.

A educação sexual é essencial para a promoção integral da pessoa humana e a sua realização relacional.

A família é o principal núcleo, legítimo e com responsabilidade para educar os seus membros, mas também é verdade que os jovens não procuram muito a família para os esclarecer sobre diferentes aspectos da sexualidade. Recorrem a revistas, à televisão, à Internet e aos amigos que, em geral, estão na Escola.

Defendeu o Dr. Daniel Sampaio que “é a **Escola** que deve assumir a responsabilidade porque os professores estão mais perto dos alunos.”

Já a **Lei nº 3/84 de 24 de Março** reconhecia o direito à Educação Sexual e de acesso ao Planeamento Familiar, como um direito fundamental da educação. A **portaria nº 52/85 de 26 de Janeiro** regulamentava as consultas de Planeamento Familiar abertas a **todos os jovens em idade fértil** e o fornecimento de contraceptivos gratuitamente e com informação apropriada.

Em **1986**, é aprovada a **Lei de Bases do Sistema Educativo** que reconhece a necessidade, o direito e o dever de a Escola promover a educação para a sexualidade. Com a **Lei nº 120/99 de 11 de Agosto** é reforçado o direito da promoção da saúde sexual onde já se fazia referência à **SIDA** e a outras **doenças sexualmente transmissíveis**, às relações interpessoais, à partilha de responsabilidades e à igualdade entre os géneros.

○ **Decreto-Lei nº 259/2000 de 17 de Outubro** regulamenta a educação sexual em meio escolar com **carácter obrigatório** nos ensinamentos básico e secundário, quer numa perspectiva interdisciplinar, quer integrada em disciplinas curriculares cujos programas incluem a temática, de forma transversal e através de um modelo de desenvolvimento pessoal e social. Referia que o Projecto Educativo da Escola devia integrar estratégias de promoção de saúde sexual, tanto no desenvolvimento do currículo, como na organização de actividades de enriquecimento curricular, apelando à articulação escola / família, à participação da comunidade escolar e à dinamização de parcerias com entidades externas à escola, nomeadamente com o Centro de Saúde.

○ O Ministério da Educação fez chegar a todas as escolas **“Linhas orientadoras – Educação**

Sexual em Meio Escolar”, uma ferramenta fundamental para trabalhar a educação sexual, realizada pelos Ministérios da Educação e da Saúde e pela APF.

A **Lei nº 12/2001 de 29 de Maio** reforçava o direito à *contracepção de emergência* como meio de prevenção da gravidez não desejada na adolescência e referia, a gratuitidade desta nos centros de saúde nas consultas de planeamento familiar, nos centros de atendimento de jovens com protocolo de articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Promoção para a Saúde – O Despacho nº 25 995/2005, do Ministério da Educação, publicado no D.R. de 16 de Dezembro 2005 propõe apoio a quem contenha no seu PEE propostas de concretização das temáticas associadas à *Promoção do Desenvolvimento Pessoal e Social* (relações sociais; sexualidade; alimentação e higiene; imagem do corpo e actividade física) e à prevenção de comportamentos de risco (consumos; violência; VIH/SIDA e outras DST e gravidez não desejadas) e com a apresentação de mecanismos de avaliação na área da “Educação para a Saúde”. É aprovado, pelo **Despacho nº 12.045/ 2006 de 7 de Junho**, o Programa Nacional de Saúde Escolar (**PNSE**) considerando como temáticas prioritárias:

- a) alimentação e actividade física;
- b) consumo de substâncias psico-activas;
- c) sexualidade;
- d) infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH/SIDA;
- e) violência em meio escolar.

A mesma legislação apela à promoção de **estilos de vida** saudáveis tais com a prevenção de comportamentos de risco, promoção e consolidação de estilos de vida mais saudáveis, promoção de atitudes assertivas, promoção da autonomia, responsabilização dos jovens, reduzir e adiar as possibilidades de consumo de substâncias como álcool, tabaco...

Indicava que a sua aplicação **é obrigatória** já no pré-escolar até ao final do ensino secundário sempre com uma abordagem curricular em espiral.

A sexualidade é uma realidade multidimensional onde, para além da dimensão biológico-reprodutiva, também se inscrevem as dimensões psico-afectivas, relacional, sócio-cultural e ética.

Existe legislação suficiente e um *quadro político favorável* à educação sexual. A sociedade em geral e os movimentos das associações de pais e de estudantes são receptivos à mesma. Questiona-se o porquê de tanto receio.

Na maioria dos casos, os professores não têm falta de vontade de participar neste desafio, mas sim medo de não responder com segurança e qualidade aos problemas e situações colocadas pelas crianças e jovens.

A educação sexual é indispensável às crianças, já muito antes da puberdade. Estas têm o **direito e o dever** de serem esclarecidas pelos professores / educadores, família / encarregados de educação e toda a comunidade educativa, tanto mais que hoje todas as crianças estão muito mais expostas aos múltiplos estímulos informativos sexuais oriundos dos media.



A escola tem a obrigação de proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos.

Quando chegou à escola D. Maria II de Vila Nova de Famalicão, o relatório de progresso do grupo de trabalho de Educação Sexual do Ministério da Educação, nos primeiros dias de Janeiro, deu a conhecer a todos os directores de turma a obrigatoriedade entre o 6º e o 9º ano de uma sessão mensal na área específica da sexualidade, numa das áreas curriculares não disciplinares, os objectivos mínimos e a realização de uma **avaliação obrigatória**.

Promoveu formação aos seus professores, disponibilizou a legislação e materiais.

Hoje podemos garantir que finalmente conseguimos proporcionar igualdade de oportunidades a todos os nossos alunos pela avaliação feita em resultado da avaliação das turmas. A chave da questão esteve na obrigatoriedade de uma avaliação.

Não podemos esquecer que somos o segundo País da Europa com mais casos de gravidez na adolescência e o primeiro com mais casos de sida por ano. Muito há ainda a fazer.

O acesso dos jovens aos preservativos e aos métodos contraceptivos ainda não é o desejado. Por vezes, têm de ponderar entre beber um copo ao fim-de-semana ou comprar o preservativo.

A deslocação do “**espaço jovem**” para dentro do Centro de Saúde, onde a sala de espera é o átrio de entrada do Centro de Saúde, vem ainda complicar mais a vida aos nossos jovens. Temos todos de ponderar se não é muito mais barato fazer uma boa prevenção do que correr riscos que comprometem a vida futura.

Para a **Organização Mundial de Saúde** “*sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.*”



Avaliação da qualidade da educação em Sexualidade e Relações Interpessoais, Suécia, 1999 e 2005

Agneta Nilsson

■ Agência Sueca Nacional de Aperfeiçoamento da Escola ■

A educação sexual foi introduzida nas escolas suecas em 1955 – há cinquenta anos atrás; no ano passado, a Agência Nacional celebrou este aniversário com a publicação de um novo livro e a organização de quatro conferências ou “festas de aniversário” para professores.

O impulso que as políticas suecas deram nas questões sexuais tem realmente mudado ao longo das últimas três décadas – desde a afirmação da sexualidade, nos anos setenta, à ênfase nas doenças sexualmente transmissíveis, nos anos oitenta, e no ataque à linguagem sexista, à violência sexual e à falta de igualdade de gênero, nos anos noventa.

O tema dos anos noventa, na primavera de 1999, levou o governo a reunir uma comissão de avaliação de qualidade pela Agência Nacional de Educação sobre como a educação em sexualidade e relações interpessoais é levada a cabo nas escolas, “pelo menos no contexto da igualdade de gênero”. 13 inspetores estiveram em 80 escolas, em 51 escolas de nonos anos obrigatórios e em 29 escolas do nível alto – secundário. Entrevistá-

mos directores de escolas, professores, enfermeiros de escola, alunos e pais. (Eu mesmo coordenei a avaliação de qualidade, também trabalhando como inspetor e a escrever o relatório final para o governo).

Pontos de vista

Um questionário foi preparado para este objetivo e os inspetores adoptaram os seus critérios e pontos de vista. A qualidade do ensino foi avaliada relacionando os resultados da inspecção com quatro pontos de vista:

1. *Ponto de vista da igualdade de género* – A escola permite um meio de suporte que promove boas relações entre rapazes e raparigas? As concepções de feminino/masculino são clarificadas? A educação em sexualidade e relações interpessoais é caracterizada por uma consciência de género?
2. *Ponto de vista do risco/promoção* – A sexualidade e as relações (incluindo a homossexualidade) são tomadas em conta, em termos de





risco, em vez de promoção? Que equilíbrio é encontrado entre dar apoio e aconselhar?

3. *Ponto de vista adulto/aluno* – o ensino começa das percepções nos adultos ou nas experiências e necessidades dos alunos? Os alunos estão numa posição de influência face ao planeamento, implementação, seguimento e avaliação?
4. *Ponto de vista da aprendizagem* – reflexão sobre a informação? – Que equilíbrio existe entre o conhecimento factual e as oportunidades para reflexão? Os alunos têm oportunidade de exprimir sentimentos e considera-se questões de sexualidade e relações interpessoais?
5. *Ponto de vista da gestão* – o director, que é responsável, gere a educação sexual de modo a que todas as crianças da escola tenham uma educação equivalente? Ele/ela cria uma organização da escola que permite a aprendizagem e dá oportunidades aos professores de fazer cursos de formação? O director segue os resultados da avaliação?

Resultados

Primeiro tem de ser frisado que todos os alunos na Suécia têm aulas em sexualidade e relações interpessoais. Contudo, a qualidade da educação varia e o objectivo de integrar estas questões no ensino das várias temáticas ainda tem um caminho longo a percorrer.

As 80 escolas foram distribuídas num destes três grupos com base na inspecção:

Nas 59 escolas de ensino obrigatório, as que estavam no Grupo 1 (5 escolas) deram a todos os alunos uma educação sexual completa e variada, com diferentes objectivos. Os/as directores/as da escola delegam o ensino de sexualidade e relações interpessoais como uma responsabilidade geral, como uma área interdisciplinar e a maioria dos pontos de vista são incluídos adequadamente.

No Grupo 2 (26 escolas) há alguma educação sexual excelente, mas tal não se aplica a todas as raparigas e rapazes. A abordagem em algumas aulas pode ser de apoio/promoção, enquanto noutras aulas, na mesma escola, a perspectiva é de risco e de doenças, mais de informação do que diálogo, etc.

No Grupo 3 (22 escolas), todas as crianças têm educação sexual, mas de um modo tradicional. A ênfase é o corpo e a biologia, em vez da identidade e o que é ser masculino/feminino. A sexualidade não é apresentada de modo interdisciplinar, a elucidar os seus aspectos sociais, psicológicos e antropológicos.

Na altura em que crianças e adolescentes claramente precisam de conhecimento sobre os seus corpos, é importante que o professor apresente o corpo e a anatomia num contexto em que os alunos se reconheçam a si mesmos e processem esse material. Como o ensino é planeado maioritariamente para toda a aula em simultâneo, é difícil processá-lo emocionalmente e relacioná-lo às circunstâncias emocionais de cada aluno. A perspectiva biológica pode evidenciar riscos e potenciais doenças. Como uma rapariga de nono ano percebeu: "Eles ensinam sobre o corpo, assim... como é que hei-de dizer... de uma maneira formal".

Nas 29 escolas de nível alto-secundário, os grupos basearam-se bastante nos mesmos critérios que nas escolas obrigatórias:

Grupo 1 (6 escolas) compreende escolas onde há aulas quer em sexualidade e relações interpessoais, quer em conhecimentos para a vida, obrigatoriamente. Tanto os directores como os professores, nestas escolas, vêem uma clara associação com os valores fundamentais da escola: democracia, igual valor de todos os seres humanos, igualdade de género, etc.

Foi claro que em metade destas escolas a associação entre sexualidade e identidade não era explícita o suficiente. O professor pode, por exemplo, dar uma perspectiva técnica adequada sobre os preservativos – como trabalham e que protecção dão – mas falham em levantar a questão de como uma rapariga que anda com preservativos é percebida (como é que ela se vê? Como é que outros rapazes e raparigas a vêem?) e, de acordo com tal, não apresenta os preservativos no contexto da identidade de género e da sexualidade.

A maior parte das escolas do Grupo 2 (12 escolas) oferecem aulas opcionais, o que significa que nem todos os alunos frequentam as aulas em sexualidade e relações interpessoais.

O Grupo 3 (11 escolas) quase nem oferece ensino nesta matéria, apenas aulas temáticas ocasionais de um dia ou duas horas, dadas por enfermeiras-parteiros ou técnicos de aconselhamento da clínica para jovens.

O que também se pode ver pelos resultados é que o ambiente da escola por vezes gera um processo de aprendizagem informal sobre as visões das pessoas e da sexualidade feminina e masculina. Quando se fala de sexualidade a quem nos referimos? Que reputação sofre, a das raparigas ou a dos rapazes?

Estudo de seguimento no Outono 2005

Em 2005, entrevistei de novo os directores de escola e alguns professores em 20 das 80 escolas analisadas. As escolas foram escolhidas nos três grupos. Eu queria saber o que aconteceu depois da avaliação de qualidade em 1999, isto é, como os próprios directores avaliavam a escola no momento actual, no que diz respeito aos três grupos. Será que a escola mudou do grupo 3 para o grupo 2, ou mesmo para o grupo 1?

Resultados

Houve muitas mudanças em algumas escolas, mas algumas do grupo 3 não tinham mudado absolutamente nada – em relação a tal o director/a da escola era muito aberto. Em algumas escolas de ensino obrigatório, o director tinha tido a iniciati-



va de enviar todo o pessoal administrativo para cursos de formação e tinha criado um ambiente organizacional muito bom para aprendizagens dentro da escola.

Os alunos nestas escolas integram uma aula de sexualidade e relações interpessoais durante o seu primeiro e segundo ano (algumas até no terceiro ano) chamada “Conhecimentos para a vida” ou “Competências para a vida”. Estas aulas eram muito populares, mas os alunos recebiam poucos conteúdos de sexualidade e relações interpessoais, em diferentes temas, como as ciências sociais, história, línguas, etc.

Os directores expressaram nas entrevistas que a parte mais difícil era integrar a sexualidade, as questões de género, etc., nos diferentes temas, o que é especialmente articulado nos programas suecos. O Ministro Sueco tomou recentemente a decisão de mudar os programas em diferentes temáticas, para que as questões de sexualidade, relações, homossexualidade, fossem articuladas de modo diferente. Ao fazer isto, esperamos que os professores suecos tenham maior responsabilidade nos seus conteúdos pelos aspectos da sexualidade, questões de género e relações.

Termino esta apresentação com algumas citações das raparigas e rapazes entrevistados.

“Tenho mesmo vontade de ter um professor como o deles; eles divertem-se tanto e têm tantas discussões. Na nossa aula é mesmo chato”.

“O professor tinha um plano, mas nós mudámos a maior parte dele”.

“Perguntaram o que nós queríamos – e além disso fizeram-no”.

“‘Usa preservativos. Usa preservativos.’ – ouvimos isso tudo.”

“Eles dizem muito sobre sexualidade e relações entre animais... mas pouco sobre nós”.

“A melhor coisa foi saber o que os outros pensavam”.



Como nos sentimos e relacionamos¹

Objectivos

- Identificar expressões utilizadas para exprimir sentimentos.
 - Facilitar a expressão de sentimentos.
 - Reforçar as atitudes de compreensão e respeito pelos sentimentos dos outros.
 - Desenvolver a consciência de si próprio e a auto-confiança.
 - Consciencializar o facto de sermos física e psicologicamente diferentes uns dos outros.
 - Interpretar e adequar as reacções pessoais face a vários contextos de interacção social, desenvolvendo, nomeadamente, capacidades para ouvir, expressar-se e esperar.
 - Desenvolver capacidades para identificar e analisar situações que podem produzir prazer, desagrado ou mal-estar.
- Com linhas horizontais, dividiu-se cada uma das partes anteriores em dois. De cada lado do quadro colocou-se em cada uma das parcelas a representação de uma cara – uma delas triste e a outra alegre.
 - Solicitou-se que em cada uma das duas parcelas do quadro os grupos – trabalhando separadamente – afixassem imagens recortadas de revistas e que representassem “coisas/situações que vos fazem sentir felizes” ou “coisas/situações que vos fazem sentir infelizes”.
 - Finalizada esta etapa, cada aluno referiu-se à forma como, normalmente, se sente face às situações representadas e a outras que, embora não estando representadas, o façam sentir-se feliz ou infeliz.
 - Nesta análise, o professor procurou evidenciar, estimulando os alunos nesse sentido, a diversidade de cada pessoa nos modos como se sente, até em situações muito semelhantes.

Actividade²

Duração: 60 minutos

- Dividiu-se o grupo em duas partes iguais.
- Dividiu-se o quadro da sala com uma linha vertical, separando o trabalho de cada um dos sub-grupos.

Materiais e Recursos Utilizados

- Revistas, fita-cola, tesoura

(1) Fonte: Manual SER + Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental (APF).

(2) Devem ter-se em conta as competências motoras do grupo para prever a duração da tarefa de recorte.

Ao caminhar se faz o caminho... 10 Anos sobre a Sexualidade em Linha

Dia 1 de Junho de 1998, o Instituto Português da Juventude (IPJ) e a Associação para o Planeamento da Família (APF) celebraram um protocolo para a criação de uma linha telefónica de ajuda inédita em Portugal: a **Sexualidade em Linha**. Sendo a sua principal valência o aconselhamento telefónico, foi criado um apartado e um endereço de e-mail, para onde jovens e adultos poderiam enviar as suas questões.

Abriu-se assim mais uma porta para a informação e esclarecimento de dúvidas no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva em Portugal, privilegiando o acesso a uma resposta técnica, empática e eficaz de ajuda imediata, mas também de orientação e encaminhamento de quem telefona, caso seja necessária a intervenção de outros profissionais, nomeadamente, na área da saúde, da justiça ou da acção social.

A Sexualidade em Linha pode ser considerada como mais uma ferramenta de trabalho na implementação da Sexualidade, do Planeamento Familiar e da Educação Sexual em Portugal Continental e Ilhas, ajudando as pessoas a fazer escolhas livres e informadas, transmitindo, tanto quanto possível, a responsabilização de cada uma, pelos seus comportamentos sexuais.



A implementação deste serviço telefónico de ajuda envolve uma equipa de aconselhamento telefónico e de resposta a e-mails, uma coordenação e um grupo de acompanhamento, conforme o estipulado no protocolo assinado entre a APF e o IPJ, de acordo com o disposto na Lei n.º 3/84 de 24 de Março e na Portaria n.º 370/98, de 19 de Março.¹

Áreas de Intervenção da Sexualidade em Linha

As principais áreas de intervenção da Sexualidade em Linha prendem-se com questões sobre:

- anatomia e fisiologia (ex: resposta sexual feminina e masculina, aparelho genital, ciclo menstrual, tamanho do pénis, menarca, ejaculação);

(1) Lei n.º 3/84 de 24 de Março relativa à Educação Sexual e ao Planeamento Familiar e Portaria n.º 370/98, de 19 de Março que contribui a competência ao Instituto Português da Juventude de instituir uma linha telefónica para informação aos jovens nas áreas da Educação Sexual e Planeamento Familiar.

- aspectos ginecológicos e andrológicos (ex: consulta e exames ginecológicos, consulta e exames andrológicos, menopausa, andropausa);
- ciclos de vida (ex: puberdade, adolescência, adultícia, 3ª Idade);
- comportamentos sexuais (ex: práticas sexuais, masturbação, cibersexo);
- dificuldades sexuais (ex: disfunção erétil, ejaculação precoce, dispareunia, primeiras relações sexuais, dor no feminino e no masculino);
- dinâmica familiar (ex: problemas conjugais, famílias disfuncionais, novas dinâmicas familiares, dificuldades de comunicação);
- gravidez (ex: teste de gravidez, sinais/sintomas de gravidez, receio de engravidar, gravidez, infertilidade);
- interrupção voluntária da gravidez (ex: informações sobre a interrupção e legislação, pedido de IVG e encaminhamento);
- infecções sexualmente transmissíveis (ex: informações gerais, prevenção, situações de riscos, tratamentos);
- métodos contraceptivos (ex: informações gerais sobre os métodos, vantagens e desvantagens, eficácia, situações de risco);
- orientação sexual (ex: *coming out*, encaminhamentos, práticas sexuais, informações gerais);
- relações interpessoais (ex: amizade, namoro, conjugalidade, família);
- situações de crise (ex: gravidez não planeada, relações de risco, saúde mental);
- violência e abuso sexual (ex: maus tratos, *bullying*; pedofilia);
- e outros.

A Equipa

A Sexualidade em Linha está a cargo de técnicos(as) especializados(as) em aconselhamento na área da Saúde Sexual e Reprodutiva e é dirigida por uma coordenação devidamente qualificada.

A acção da equipa é pautada por critérios rigorosos, com respeito pelas opções religiosas, éticas e morais das pessoas que acedem a este serviço, às quais é garantido o total direito ao anonimato, confidencialidade e sigilo.

Atendimento e Aconselhamento telefónico

A equipa procura, sempre que possível, colaborar na clarificação do problema, discutindo alternativas para a resolução da situação, fomentando sempre a participação activa de quem telefona durante todo o processo. Se necessário, encaminha as pessoas indicando os recursos institucionais disponíveis na sua base de contactos públicos, que a coordenação e a equipa reorganizou, sendo continuamente actualizada.



O conceito de Saúde Sexual e Reprodutiva é multifacetado, exigindo uma actualização constante do conhecimento técnico científico. A acção e/ou intervenção do serviço baseia-se na informação coerente, pelo que existem reuniões de equipa, reuniões de supervisão, reuniões de acompanhamento e formação interna/externa veiculada por especialistas em áreas distintas, tais como: Urologia e Andrologia, Ginecologia e Obstetrícia, Venerologia, Infecciologia, Medicina Geral, Psiquiatria, Sexologia, Terapia Familiar, Psicologia, Direito, entre outras.

10 Anos de funcionamento da Sexualidade em Linha

Ao longo destes dez anos, a Sexualidade em Linha recebeu mais de 350 000 chamadas (designadas como: efectivas, brancas, brincadeiras e insultos). Estes registos de chamadas são obtidos através da colaboração (opcional e voluntária) da pessoa que telefona para o preenchimento da ficha de registo da chamada (idade, estado civil, profissão, área de residência, se já tinha telefonado antes e como teve conhecimento da linha).

Os dados recolhidos ao longo da chamada permitem, posteriormente, serem trabalhados estatisticamente e vêm demonstrar as potencialidades desta linha telefónica de ajuda, pela fácil acessibilidade, confidencialidade absoluta, anonimato e especialização dos(as) profissionais que garantem a transmissão de informação.

Da análise do estudo exploratório dos 10 anos de funcionamento verificou-se que foram recebidas 127 206 chamadas telefónicas efectivas, das quais:

- 95,9% foram efectuadas pelo próprio;
- 64,8% das pessoas que telefonam pertencem ao sexo feminino e 35,2% ao sexo masculino;
- o grupo etário dos 16-18 anos foi o que solicitou mais pedidos de informação e/ou ajuda;
- a proveniência das chamadas é maioritariamente do Norte do país (41,7%);
- os motivos de atendimento mais frequentes foram: informações gerais sobre a sexualidade (64,8%) e informações sobre os métodos contraceptivos (35,2%).

Ao caminhar...

Em jeito de balanço destes 10 anos de funcionamento, temos a Sexualidade em Linha como uma linha telefónica de ajuda, por excelência, na área da Saúde Sexual e Reprodutiva. Ainda que outros serviços de ajuda vão surgindo ou que novas tecnologias permitam uma troca de informação cada vez mais globalizada, o serviço de aconselhamento telefónico permite não só dar respostas em tempo real, mas também oferece um **acolhimento personalizado** que não é possível encontrar numa sala de espera de um centro de saúde ou hospital; o **conforto do**

anonimato que não existe num gabinete de apoio ao aluno de uma escola ou de uma farmácia e, ainda, é possível manter a **segurança na confidencialidade** que permite à pessoa voltar a ligar minutos, dias, semanas ou anos mais tarde.

Como qualquer serviço em funcionamento ao longo de uma década, a Sexualidade em Linha passou por várias transformações. A equipa técnica foi mudando, assim como a coordenação esteve a cargo de diferentes pessoas.

As diferentes conjunturas político-sociais foram sentidas no serviço e, apesar de a Sexualidade em Linha ter entrado em funcionamento em 1998 como uma linha gratuita, acessível a crianças, pré-adolescentes, adolescentes e adultos provenientes de vários estratos socioeconómicos, a 11 de Abril de 2003, cada contacto telefónico passou a ter o custo de uma chamada local. Desde então, o fluxo de chamadas reduziu de forma vertiginosa e perdeu-se a faixa etária dos 9 aos 14 anos.

Por outro lado, no ano de **2007**, aconteceu o alargamento do horário de funcionamento da linha telefónica de ajuda, que passou de 2^ª a 6^ª feira das 10h00 às 19h00 e sábado das 10h00 às 17h00. Com este alargamento, as pessoas passaram a ter disponível um serviço especializado na área da Saúde Sexual e Reprodutiva durante 52 horas semanais.

Desde então, o número de chamadas tem vindo a aumentar; ainda assim, a Sexualidade em Linha poderia ter um maior alcance de intervenção se existisse uma forte divulgação publicitária (rádio, televisão, jornais e revistas, Internet).

Actualmente, o **Portal de Juventude (IPJ)** e o **Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva (APF)** têm sido um meio eficaz de divulgação da Sexualidade em Linha, sendo que o maior número de pessoas que liga pela primeira vez teve conhecimento do serviço através da Internet.

No dia 1 de Junho de 2008 comemoraram-se os 10 anos de existência do serviço e o balanço foi sem dúvida positivo. Há uma década que se *caminha* no sentido de ajudar jovens e adultos a fazerem escolhas informadas acerca da sua Saúde Sexual e Reprodutiva, mas percebemos que informar, só, não basta.

O serviço foi desenvolvendo a *praxis* rumo a um aconselhamento cada vez mais eficaz junto de quem nos pede ajuda. E, é com este intuito de eficácia, que a Sexualidade em Linha se propõe e disponibiliza no sentido de uma maior expansão das suas valências profissionais. Para a concretização deste objectivo é necessária a dinamização de algumas estratégias:

- a) criação de parcerias com Escolas para formação e acompanhamento de professores (as), encarregados (as) de educação e outros intervenientes na área;
- b) criação de um curso de Formação e Treino na área do aconselhamento em Saúde Sexual e Reprodutiva para técnicos (as) de saúde (médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, farmacêuticos/as) e outros/as técnicos/as que trabalham com crianças e jovens;



- c) publicações;
- d) produção de conteúdos para divulgação de materiais.

... se faz o caminho

Porque a Sexualidade é mais do que o conhecimento das várias partes que compõem o corpo humano, há que ter em conta o contexto social e cultural não só dos(as) jovens, mas também de quem trabalha com eles/elas. É, neste sentido, que a Sexualidade em Linha pode e deve ser apresentada aos/às profissionais do Ensino e da Saúde como mais um **instrumento de apoio** no seu trabalho, que há muito deixou de ser apenas leccionar e medicar, respectivamente. Existe um sem-número de questões mais individualizadas, para as quais os professores, pais, educadores, tutores, psicólogos, médicos, enfermeiros e farmacêuticos poderão estar menos sensibilizados ou até mesmo disponíveis para responder, pelo que podem optar entre o encaminhamento de casos

para a Sexualidade em Linha ou podem apoiar-se neste serviço de forma a melhorar a sua capacidade de resposta.

É imperativo que a Educação Sexual consiga incorporar e transmitir a heterogeneidade implícita na Sexualidade Humana, tendo em conta a diversidade das necessidades das pessoas que muda consoante: a sua idade; área geográfica e contexto sócio-cultural em que está inserida; a educação e sistema familiar; crenças, credos ou religiões.

Para finalizar, é necessário que o indivíduo consiga processar toda a informação que recebe (dos média, dos amigos, dos pais, dos colegas de trabalho, dos companheiros, dos técnicos de saúde, do próprio conhecimento científico que é tão *volátil*), traduzi-la internamente, para posteriormente poder aplicá-la nas suas vivências. É fundamental que, *para o(a) próprio(a)*, aquilo que está a ser escutado tenha alguma ressonância emocional, ou seja, que lhe faça sentido. A Sexualidade em Linha poderá ter um papel importante nestas e noutras situações.



Novo Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva

Resultante de um projecto financiado pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC) e co-financiado pela União Europeia, o novo **Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva www.apf.pt** foi concebido à medida de um público vasto, mas também de sectores com formação mais específica e técnica e pretende constituir-se numa fonte permanente e dinâmica de informação, nas escolas e na comunidade, sobre Educação Sexual, Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos disponibilizando, em simultâneo, Notícias, Agenda, Conteúdos Multimédia, Fóruns de Discussão e uma Livraria Virtual.

Não deixe de visitar este novo Portal!



Educação Sexual em Rede



Cupão para Assinatura



ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA



Kits Contraceptivos

Com o apoio da Janssen-Cilag e da Organon, a APF lançou recentemente **Kits Contraceptivos** (Mala Contraceptiva), com base no modelo que é comercializado no Reino Unido pela sua congénere inglesa.

Destes **Kits** consta um conjunto de materiais e produtos de contraceção, planeamento familiar e educação sexual, valioso para técnicos que trabalhem na área da saúde, da formação, professores, enfermeiros de saúde escolar e outros profissionais envolvidos na área da saúde sexual e reprodutiva.

Tratando-se de um material duradouro, cujos conteúdos podem ser actualizados à medida das necessidades, os **Kits Contraceptivos** constituem um material único pela primeira vez disponibilizado em Portugal. Cada **Kit** é ainda acompanhado por um Guia explicativo, contendo diversos exercícios e actividades, contactos úteis e outros. Todas as APF Regionais dispõem de amostras do **Kit**, para consulta.



■ Nome	■ NIF
■ Morada	
■ Cód. Postal	■ Localidade
■ E-mail	■ Telefone
■ Assinatura Individual	10,00 € <input type="checkbox"/>
■ Assinatura para Sócios APF / Membros da REDES	8,00 € <input type="checkbox"/>
■ Assinatura para Escolas e Instituições	15,00 € <input type="checkbox"/>

O pagamento da assinatura pode ser efectuado mediante envio, para a APF, de Cheque ou Vale de Correio em nome da Associação para o Planeamento da Família, ou por transferência bancária para o NIB 003300005008010109505.



DVD

■ Documentário *Falar Disso*

Produzido pela APF em parceria com a RTP2, o documentário **Falar Disso** aborda, através de depoimentos e de testemunhos de várias gerações, as quatro décadas de existência da APF sob o ponto de vista das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa no âmbito da saúde sexual e reprodutiva (DVD disponível na APF Sede e nas APF Regionais).



Brochura

■ **Sexo . Amor . Vidas**

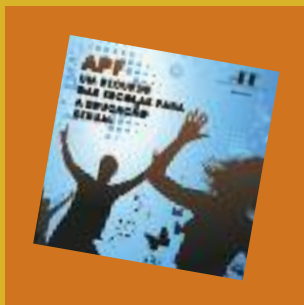
Com o apoio do Alto Comissariado da Saúde e produzido no âmbito do Programa ADIS/SIDA, o Folheto **Sexo . Amor . Vidas** destina-se a jovens adultos de ambos os sexos e aborda diversas questões da sexualidade e do amor, as relações amorosas, zonas de prazer, sensualidade, beijos e carícias, contraceção, planeamento da gravidez, prevenção de IST, sexo seguro e tantas outras, de grande interesse para a população jovem.



Livro

■ **Raparigas**

Destinado às adolescentes (e também aos adolescentes), **Raparigas** apresenta-se agora numa versão actualizada, revista e com um novo grafismo. Trata-se de um material muito útil que pode ajudar a ver com maior clareza “a mistura explosiva de entusiasmo e insegurança, este arco-íris de humores e sensações” que caracteriza a adolescência, as mudanças, as emoções, a sexualidade e o amor. A presente reedição teve o apoio da Sanofi.



Desdobrável

■ **APF um Recurso das Escolas para a Educação Sexual**

Reedição de um material dedicado à educação sexual escolar que contém informações úteis sobre a educação sexual em Portugal, quadro ético, modelo seguido pela APF, tipo de apoios que a Associação presta, contactos, contratação e custos de acções que lhe sejam solicitadas.





MAGICBOARDS

Ferramentas do futuro, no presente

AREAL
EDITORES

A SALA DE COMPUTADORES MÓVEL

NoteCart®

Armazena
Recarrega
Proteje

A partir de agora os computadores portáteis da sua escola estarão em segurança.



NoteCart®

Até 26 computadores portáteis
Dimensões: 1205 x 1000 x 445 mm
Peso: 45 kg

NoteCart® mini

Até 12 computadores portáteis
Dimensões: 1130 x 540 x 560 mm
Peso: 26 kg



- > As máquinas podem ser recarregadas durante o armazenamento
- > Temporizador interno para controlar o recarregamento (poupando electricidade e prolongando a vida da bateria)
- > Ventilação mecânica automática
- > Armário com possibilidade de fechar
- > Rodas macias que asseguram um transporte suave, mesmo em soalhos rugosos
- > Prateleiras com sistema Roll-out

SOLICITE-NOS UMA DEMONSTRAÇÃO

CONTACTOS: E-mail: magicboards@arealeditores.pt

Lisboa | Av. Almirante Gago Coutinho, 59 A | 1700-027 Lisboa | Tel. 218 430 925 | Fax 218 430 926

Porto | Rua D. Marcos da Cruz, 1381 | 4455-482 Perafita | Tel. 229 984 180 | Fax 229 984 181

www.magicboards.pt

AREAL EDITORES
magicboards
quadros interactivos

PORTUGAL
CTT

DM
DEVESAS
TAXA PAGA